

Para uma política *queer* de não monogamia consensual. Do parentesco *queer* aos comuns *queer*¹²

(Towards a queer politics of consensual non-monogamy. From queer kinship to the queer commons)

(Por una política queer de la no monogamia consensual. Del parentesco queer a los comunes queer)

Christian Klesse³

RESUMO: Este artigo aborda a questão de como uma perspectiva *queer* pode informar agendas políticas radicais e transformadoras em torno da Não Monogamia Consensual (NMC). Ele argumenta que nenhum relacionamento é verdadeiramente transformador ou transgressor apenas por causa de sua constelação não convencional. Em vez disso, as NMCs precisam ser conscientemente politizadas, de forma a se encaixarem em agendas de movimentos políticos mais amplos, para que seu potencial *queer* seja alcançado. O artigo argumenta, ainda, que as agendas políticas *queer* radicais em torno das NMCs precisam considerar a diversidade das populações envolvidas nas NMCs. Sugere que os debates sobre interseccionalidade e posicionalidade nos feminismos negro, indígena e decolonial e nas críticas *queer of colour*, bem como no apelo de Édouard Glissant por uma poética da relação e o “direito à opacidade” podem fornecer uma rica inspiração para uma política de múltiplas questões baseada na afirmação da diferença e da multiplicidade. O artigo prossegue explorando alguns temas-chave dentro dos debates de inspiração *queer* sobre a NMC, passando da discussão sobre a política do prazer para a teoria do parentesco *queer*, encerrando com o argumento de que a política *queer* da NMC depende ainda mais de uma ética expansiva do cuidado, conforme apropriadamente teorizado nos debates dos movimentos sociais sobre os comuns. O artigo utiliza teorias críticas *queer*, feministas, antirracistas, decoloniais e anticapitalistas para esboçar uma estrutura de preocupações que podem ajudar a desenvolver agendas políticas transformadoras em torno da NMC em diferentes contextos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Não Monogamia Consensual (NMC); parentesco *queer*; famílias *queer*; comuns *queer*; interseccionalidade; opacidade (*opacité*).

Abstract: This paper addresses the question how a queer perspective may inform radical and transformative political agendas around Consensual Non-Monogamy (CNM). It argues that no relationships are ever truly transformative or transgressive because of their unconventional constellation alone. Rather, CNMs need to be consciously politicised in ways that tap into wider political movement agendas to fulfil their queer potential. The paper further argues that radical queer political agendas around NMC need to consider the diversity of populations engaged in CNMs. It suggests that the debates about intersectionality and positionality in Black, indigenous and decolonial feminisms and queer-of-colour critiques, and Édouard Glissant’s call for a poetics of relation and the “right to opacity” can provide rich inspiration for a multi-issue politics based on an affirmation of difference and multiplicity. The paper goes on to explore some key themes within queer-inspired debates on CNM, moving from the discussion of politics of pleasure to queer kinship theory, closing with the argument that queer CNM politics are further dependent on an expansive ethics of care, as aptly theorised in social movement debates on the commons. The article utilises queer, feminist, anti-racist, decolonial and anti-capitalist critical theories to sketch a framework of concerns that may help developing transformative political agendas around CNM in different social contexts.

Keywords: Consensual Non-Monogamy (CNM); queer kinship; queer families; queer commons; intersectionality; opacity (*opacité*).

Resumen: Este artículo aborda la cuestión de cómo una perspectiva *queer* puede informar agendas políticas radicales y transformadoras en torno a la No Monogamia Consensual (NMC). Argumenta que ninguna relación es verdaderamente transformadora o transgresora solo por su constelación no convencional. En cambio, las NMC deben ser conscientemente politizadas para encajar en agendas de movimientos políticos más amplios para que su potencial *queer* sea alcanzado. El artículo también sostiene que las agendas políticas *queer* radicales en torno a las NMC deben considerar la diversidad de las poblaciones involucradas en las NMC. Sugiere que los debates sobre interseccionalidad y posicionalidad en los feminismos negro, indígena y decolonial, así como las críticas *queer of colour*, y el llamado de Édouard Glissant por una poética de la relación y el “derecho a la opacidad” pueden proporcionar una rica inspiración para una política de

1 Tradução do artigo inédito “Towards a queer politics of consensual non-monogamy. From queer kinship to the queer commons”. Tradução: Daniel Cardoso e Pablo Pérez Navarro.

2 Os argumentos apresentados neste artigo foram apresentados pela primeira vez na forma de conferência de encerramento na IV Conferencia Internacional No Monogamias e Intimidades Contemporâneas (NMCI), em 23 de novembro de 2023 no Chile. Sou grato aos organizadores e participantes da conferência por seu *feedback* e incentivo.

3 Doutor em Sociologia e professor da Manchester Metropolitan University (MMU). E-mail: c.klesse@mmu.ac.uk



múltiples cuestiones basada en la afirmación de la diferencia y la multiplicidad. El artículo continúa explorando algunos temas clave dentro de los debates de inspiración *queer* sobre la NMC, pasando de la discusión sobre la política del placer a la teoría del parentesco *queer*, concluyendo con el argumento de que la política *queer* de la NMC depende aún más de una ética expansiva del cuidado, según lo teorizado apropiadamente en los debates de los movimientos sociales sobre los comunes. El artículo utiliza teorías críticas *queer*, feministas, antirracistas, decoloniales y anticapitalistas para esbozar una estructura de preocupaciones que pueden ayudar a desarrollar agendas políticas transformadoras en torno a la NMC en diferentes contextos sociales.

Palabras clave: No Monogamia Consensual (NMC); parentesco *queer*; familias *queer*; comunes *queer*; interseccionalidad; opacidad (*opacité*).

1 Introdução

Este artigo analisa a Não Monogamia Consensual (NMC) a partir de uma perspectiva *queer*. Especificamente, o objetivo é identificar as principais preocupações de uma agenda política transformadora radical e *queer* em torno dos modos de vida da NMC. A política afeta constantemente a vida das pessoas que praticam a NMC, principalmente por causa da estigmatização, da marginalização e da não inteligibilidade generalizada imposta pelos regimes de conhecimento mononormativos e heteronormativos (Rambukkana, 2015, Schippers, 2016). Defendo que, se quisermos⁴ mudar alguma coisa em relação a isso, precisaremos analisar e politizar conscientemente as relações sociais das quais fazemos parte. O artigo argumenta que não é nada óbvio como as NMCs operam politicamente, como elas figuram na política de classe, gênero, raça e discursos sexuais, na construção de nações e estados-nação, na dinâmica transnacional e na geopolítica, bem como em processos econômicos mais amplos. Consequentemente, precisamos evitar a tentação de qualquer raciocínio político-identitário rápido e a dependência de reivindicações de direitos unidimensionais singulares. As tentativas de forjar uma agenda *queer* radical em torno da NMC precisam abordar, continuamente, uma série de questões difíceis: o que queremos alcançar, em qualquer contexto em que estejamos trabalhando? Quais são as implicações mais amplas de nossas demandas, para nós mesmas⁵ e para outres? Com quem queremos trabalhar? Quem queremos ser e em que tipo de sociedade queremos viver? As NMCs são empolgantes e desafiadoras ao mesmo tempo. Qualquer tentativa de fazer justiça a esse tema e de desenvolver uma linguagem política em torno deste também é empolgante e desafiadora. A discussão que se segue é, principalmente, teórica e especulativa, ao invés vez de empírica, informada pelo meu conhecimento dos movimentos sociais na Europa, ou seja, aqueles que estavam engajados no desenvolvimento de formas de ativismo do NMC e da comunidade de pessoas LGBTQIAPN⁶. Espero que as referências a

4 Quando eu uso a primeira pessoa do plural neste artigo, refiro-me ao conjunto contingente, temporário e coalizional de todas aquelas pessoas inclinadas a pensar sobre políticas *queer* em relação à NMC, ao invés de um grupo ou coletivo baseado em identidade.

5 N. des T. Quando possível, esta tradução evita as marcas de gênero, onnipresentes no português em comparação com o inglês do texto original. Noutros, optamos pelo uso do neutro universal do sistema “elu”.

6 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agênero, Pansexuais/Polissexuais/Panromânticos, Não Binárias e muito mais.



debates e a contextos transnacionais aqui presentes tornem os assuntos e as questões discutidos também relevantes para pessoas que trabalham em contextos diferentes.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, abordo algumas terminologias e conceitos importantes sobre NMC e *queer* e explico a partir de que tipo de posição abordei esses temas. Em seguida, discuto diferentes posições sobre as interconexões entre *queer* e NMC e argumento que a NMC precisa de uma “politização consciente”, sugerindo que qualquer política *queer* significativa da NMC precisa se preocupar com a diferença. Na seção seguinte, mostro que isso pode ser alcançado com a adoção de perspectivas de interseccionalidade e/ou sucumbindo a uma “poética da relação” – no sentido de Édouard Glissant –, reconhecendo o que Glissant chamou de “direito à opacidade”. Em seguida, discuto o que considero como elementos-chave dentro da política *queer* verdadeiramente transformadora da NMC, ou seja, prazer, parentesco, cuidado e uma preocupação com os comuns. Na conclusão, reforço meu argumento em favor de uma política interseccional e de múltiplas questões em torno da NMC, que desenvolva uma ética expansiva do cuidado além dos limites do parentesco, em direção a uma esfera social mais ampla de preocupações comunitárias ou públicas que podem ser denominadas “os comuns” (Federici, 2019a).

2 Terminologias, conceitos e posicionamento

Nesta seção, explico brevemente os principais conceitos – como NMC e *queer* – e específico em que contextos os encontrei e por que os considero úteis para discutir projetos políticos e éticos em torno de intimidades e sexualidades dissidentes. Dois pensamentos guiam minha discussão nesta seção: que terminologias estão em fluxo e que nossa própria posição é importante.

2.1 NMC

O termo “NMC” funciona como um termo abrangente, representando relações múltiplas que não são monogâmicas por consenso – por exemplo, baseadas em conhecimento compartilhado, transparência e um compromisso consciente de lidar com dependências e desigualdades no relacionamento ou na rede em questão. O uso desse termo indica que reconhecemos a diversidade inerente às culturas e aos movimentos íntimos e sexuais. Como em qualquer contexto, as pessoas tendem a estabelecer limites diferentes. Para mim, as NMCs incluem, potencialmente, múltiplos relacionamentos com e sem filhos, poliamor, anarquia relacional, relações abertas, *swingers*, círculos de práticas de Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo (BDSM), amigos de foda – *fuck buddies* – e de carinho – *cuddle buddies* –, amizades eróticas, bem como certas formas de



casamento em grupo – poligamia – e trabalho sexual (Cardoso; Klesse, 2022; Rambukkana, 2015). A maioria das pesquisas das NMCs reconhece que há grandes diferenças conceituais e culturais entre muitas dessas práticas, mas, mesmo assim, está convencida de que vale a pena explorar as bases comuns – entre as manifestações individuais dentro desses agrupamentos – para mostrar genealogias extensas de poder e suscitar possibilidades de ação política conjunta.

2.2 *Queer*

Queer denota uma disposição política para desafiar a normatividade. O conceito teve sua origem em debates anglo-linguísticos em ambientes intelectuais e ativistas preocupados em desfazer as normatividades em torno da sexualidade e do gênero – como a heteronormatividade e a cisnormatividade (Butler, 2006, 2011; Sedgwick, 1991; Seidman, 1997; Warner, 1993, 2000). Os debates sobre o *queer* se ampliaram desde a década de 1990, e a teoria *queer* está mais inclinada, hoje em dia, a se envolver com normatividades emocionais e relacionadas ao corpo em escala maior, impulsionada, por exemplo, por críticas de feministas negras e indígenas e de pessoas trans e negras de cor – Queer and Trans People of Colour (QTPOC) –, para reconhecer e abordar o papel central da raça e do colonialismo na construção da intimidade e da sexualidade; pela Teoria *Queer* Crip, para perceber o poder difundido do capacitismo, da neuronormatividade e dos padrões de beleza normativos; e pelos estudos trans⁷, para reconhecer que a cisnormatividade ou a fetichização trans* estruturou grande parte dos inícios dos debates *queer* (Eng, 2010; Eng; Puar, 2020; Ferguson, 2004; Halberstam; Muñoz; Eng, 2005; Mccruer, 2006, 2018).

Queer é um conceito itinerante; isso significa que ele foi adaptado e elaborado em muitas partes do mundo (Mesquita; Wiedlack; Lasthofer, 2012). Embora possa ter uma certa ressonância superficial com as práticas e as filosofias locais e indígenas, ele não oferece uma ferramenta necessariamente adequada para analisar e entender completamente qualquer uma delas. A palavra pode até não ser traduzida de maneira adequada para determinados idiomas, como argumentam Héctor Domínguez Ruvalcaba (2016) e David William Foster (2018) com relação ao espanhol ou ao português. O conceito de *queer* está em circulação global, e a teoria *queer* está em um fluxo constante e está sujeita à crioulização (Glissant, 2011a, 2018). Isso significa que *queer* também está sujeito à tradução e, como tal, envolve a “encenação de tensões, ressonâncias e contradições” (Pierce *et al.*, 2021, p. 322). O *queer* em si é moldado pela forma cultural da “colonialidade do poder”, para adotar a terminologia dos estudiosos decoloniais (Lugones, 2007, 2014; Quijano,

7 N. des T. – Estamos conscientes dos debates em torno do uso ou não do asterisco após o prefixo “trans” como forma de inclusão ou de potencial segregação de uma multiplicidade de experiências de transgeneridade. Escolhemos, aqui, manter a grafia usada no texto original.



2000). Além disso, por estar em fluxo e deslocamento, o conceito *queer* pode, de fato, precisar de esforços ainda mais conscientes de deslocamento para evitar o fechamento, a ortodoxia e a atração pelo universalismo (Pérez Navarro, 2023). No entanto, a rejeição do universalismo traz à tona, inadvertidamente, a questão da posicionalidade.

2.3 Posicionamento – de onde eu venho?

Também é importante dizer algumas palavras sobre mim nesse contexto. Sou um homem que se identifica como *queer*, com uma ligação de longa data com os modos de vida das NMCs, uma pessoa branca de origem alemã que vive no Reino Unido, lecionando sociologia em uma universidade britânica – Manchester Metropolitan University (MMU) –, pesquisando políticas sexuais e de gênero e intimidades contemporâneas na Europa. Na década de 1990, passei a me dedicar aos estudos *queer*, trabalhando com questões LGBTQIAPN+ e NMC, lendo o trabalho de acadêmiques de mentalidade *queer*, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido, como Michael Warner, Jon Binnie, Anna-Marie-Smith, Davina Cooper, Judith Butler e muitos outros, sempre preocupados em abordar o *queer* de um ponto de vista interseccional. Eu havia encontrado e aprendido a valorizar as perspectivas interseccionais por meio do envolvimento com debates nos EUA e no Reino Unido sobre o feminismo negro e a crítica *queer of colour*, como Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde, o Coletivo Combahee River, Avtar Brah, Nira Yuval-Davis, Floya Anthias, Jin Haritaworn, Cathy J. Cohen e muitas outras (Erel *et al.*, 2010; Salem, 2018). Curiosamente, tenho testemunhado as metamorfoses da teoria *queer* desde então. Em meus primeiros encontros, eu apreciava a teoria *queer* porque ela fornecia um paradigma crítico – preocupado em desfazer o poder –, como um paradigma radical – visando a mudança não apenas de indivíduos ou questões individuais, mas da sociedade como um todo –, sempre pensando o privado/público e o micro/macro em um único movimento.

Espero que estes breves pensamentos e reflexões tenham fornecido informações suficientes para que eu comece a explorar os possíveis vínculos e conexões entre *queer* e NMC na seção seguinte.

3 O que há de *queer* na NMC agora? Rumo a uma política da articulação

A NMC tem sido um item persistente na agenda de muitos movimentos de justiça social, incluindo o feminismo, as lutas pela libertação *gay*, pela libertação trans, bem como muitas correntes de políticas socialistas, comunistas ou anarquistas radicais de esquerda, geralmente sem base partidária (Klesse, 2018b; Pieper; Bauer, 2005). Há uma longa história de críticas à forma de



casal, à família nuclear burguesa e às relações de gênero e ordens sexuais sustentadas por elas. Isso tem sido frequentemente ligado a explorações em torno das ideias de vida comunitária, cuidados coletivos com as crianças etc., conforme evidenciado pelas diversas correntes contraculturais ligadas aos movimentos em torno do momento revolucionário de 1968 – e dos anos subsequentes –, mas também aos movimentos de justiça social urbanos e rurais – por exemplo, movimentos de ocupação e comunas (Rubin, 2001).

3.1 Ambivalência

Ao mesmo tempo, a validação política do NMC nos movimentos sociais também sempre foi alvo de críticas, por exemplo, por parte das feministas, que se queixaram das ideologias de gênero opressivas que sustentaram os “discursos do amor livre”, implicando pressões culturais sobre mulheres em contexto de movimentos sociais heteronormativos ou heterossexistas, para que elas se façam disponíveis para os homens (Bührmann, 1995; Kreutzer, 2004). Em resumo, há suspeitas de que a NMC consagra o privilégio masculino nas relações heterossexuais de gênero ou promove a objetificação – geralmente masculina – dos corpos. Da mesma forma, feministas negras e estudioses *queer* sugeriram que o legado da dominação colonial e do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas moldou a construção do que a intimidade e a sexualidade significam hoje, implicando representações, imaginários e estruturas de sentimentos fortemente racializados (Moon, 2008; Williams, 1977), que minam qualquer visão utópica de transgressão *queer* (Holland, 2012; Wekker, 2016).

Também não devemos esquecer que, além de ser articulada a partir de ideologias resistentes, a não monogamia faz parte, ainda, de adaptações convencionais de tradições culturais e estruturas religiosas, que enfatizaram ideias heteronormativas e heteropatriarcais sobre gênero, sexualidade, intimidade e vida familiar, como é o caso de muitas práticas dependentes do gênero em formas poligínicas de poligamia (Stacey; Meadow, 2009). Concomitantemente, estudiosos, como Wilkinson (2010), argumentaram que muitos defensores do poliamor apresentam uma imagem de suas relações como sendo totalmente compatíveis com os valores familiares reprodutivos da classe média branca, que podem ser corretamente chamados de polinormativos. Como muitos devem ter notado, o título desta seção incluiu uma referência ao influente artigo da autora sobre esse assunto.

Além disso, como mostram as pesquisas sobre NMC e Multiparentalidade (MP), mesmo aquelas pessoas que pretendem resistir aos padrões relacionais dominantes e aos papéis de gênero problemáticos, com frequência, só conseguem “esticar” as normas, ao invés de criarem algo radicalmente novo (Roodsaz, 2021). Talvez só consigam ser “resistentes” e “contranormativas”



temporariamente, enquanto recorrem às divisões tradicionais de trabalho em períodos mais estressantes (Schadler, 2021). Outras podem ter visões contraditórias, inventando novas práticas e papéis parentais e, ao mesmo tempo, reproduzindo ideias profundamente arraigadas sobre a parentalidade biológica e, em particular, a maternidade (Raab, 2022). Em resumo, se não está tão claro o que é radical, *queer* e transformador na NMC, não pode haver complacência, e precisamos nos fazer uma série de perguntas desafiadoras.

3.2 Articulações *queer*

Isso significa que devemos analisar cuidadosamente como as práticas específicas da NMC se relacionam com o contexto mais amplo das relações de poder. Nesse sentido, sempre me inspirei no trabalho crítico de pensadores como Stuart Hall (1985, 1986; Grossberg, 1986; Hay; Hall; Grossberg, 2013) ou Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015; Smith, 1998), cujas adaptações pós-estruturalistas da teoria da hegemonia sugerem que, para criticar efetivamente os discursos dominantes, precisamos nos concentrar nos termos e condições da “articulação”. Nessa linha de raciocínio, a política resistente ou transformadora da NMC precisa abordar questões como as seguintes: como, exatamente, as interpretações hegemônicas e ativistas da NMC estão conectadas a outros discursos, paradigmas, práticas, formas de poder ou práticas de liberdade? Como a NMC é articulada com ideias sobre cidadania, pertencimento nacional, dissidência, respeitabilidade, maturidade, temporalidades normativas e contranormativas, práticas dominantes de racialização, geração e determinação de valores, igualdade, justiça etc.? A contestação dessas articulações ou a elaboração de articulações alternativas exige a definição minuciosa das possíveis conexões entre as NMCs e as formas concretas de luta. Esse é um desafio criativo e coletivo, um desafio de pensar, imaginar, fazer e agir. Ele convida à reflexão sobre as seguintes questões: quais são nossos objetivos? Que tipo de pessoas queremos ser? Que tipo de relações queremos criar? Em que sociedade queremos viver? A resposta a essas perguntas inevitavelmente terá um impacto sobre o tipo de luta que desejamos empreender e sobre as alianças que desejamos considerar para criar as condições para o florescimento da verdadeira diversidade relacional.

4 Opacidade, interseccionalidade e posicionalidade: rumo a uma política de localização

“Diversidade” é um termo carregado e muito usado. Quando falo sobre diversidade relacional aqui, não me refiro ao discurso insensível ao poder do liberalismo individual, que postula a diversidade como um dado ou como uma simples escolha de matéria, mas à ideia de diferença como opacidade – *opacité* –, como foi elaborada pelo poeta e teórico martinicano Édouard Glissant,



em seus pensamentos sobre a poética da relação – *poétique de la relation* –, que flui dos processos culturais de criouliização (Glissant, 2011, 2018).

4.1 Opacidade e criouliização

Glissant sugere que a criouliização tem sido uma característica específica da dinâmica cultural que sustenta as experiências (afro-)caribenhas do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e do regime colonial da plantação. Essas experiências foram moldadas pela destruição, pela desapropriação e pelo deslocamento, mas também por adaptações criativas e práticas de mistura cultural, que eliminaram completamente qualquer pressuposto significativo de essência cultural, pureza ou delimitação (Glissant, 2010; Hall, 2003a, 2003b). As culturas que surgiram desses encontros e lutas pela sobrevivência apresentam uma abertura e uma fluidez radicais, exibindo uma profunda conectividade e opacidade. Como tal, elas são radicalmente diferentes e oferecem uma alternativa ao “conceito imperial do Um” (Glissant, 2011b, p. 2). De acordo com Glissant, as histórias do tráfico de pessoas escravizadas e do deslocamento também implicaram as paisagens culturais das Américas nessas experiências de criouliização.

A criouliização é um processo imprevisível e convivial, que implica a chance de uma nova relação ética com a alteridade, transcendendo as obsessões comuns com propriedade, limites e autonomia. “Posso mudar trocando com o outro, sem perder ou distorcer a mim mesmo”, explica ele em um artigo publicado na *Callaloo* (Glissant, 2013, p. 857). A beleza surge no engajamento com os outros – ela faz parte da negociação com a diferença e da tensão resultante. “A beleza pode ser encontrada nesse ponto de encontro” (Glissant, 2013, p. 858). Essa é exatamente a poética da relação. “A relação é a fronteira fundamental, que é a passagem aberta”, argumenta ele (Glissant, 2013, p. 861). A opacidade, nesse contexto, representa a diferença radical, a intraduzibilidade e a incognoscibilidade, uma presença que se recusa a ser compreendida e, portanto, permanece incontrolável e inassimilável.

Em seu trabalho posterior, Glissant (2017) sugere que a globalização trabalha para expandir o processo de criouliização, resultando na opacidade como uma possibilidade e uma opção éticas em diferentes encontros e contextos (trans)culturais ao redor do mundo. Essa ênfase no transversalismo facilitou o engajamento com o conceito por parte de autores do Norte Global, muitas vezes impulsionado por artistas, acadêmicas e ativistas de uma posição diaspórica, que, frequentemente, adotam o argumento de Glissant para um “direito à opacidade” como um meio de defender uma política inclusiva contra as pressões de assimilação e a hierarquização explícita de culturas, que anda de mãos dadas com o absolutismo nacional, a supremacia branca e o racismo



(El-Tayeb, 2011; Gutiérrez Rodríguez; Tate, 2015; Hall, 2003a, 2003b; Klesse, 2015).

4.2 Interseccionalidade

Portanto, políticas das NMCs radicais *queer* dignas desse nome têm de se preocupar com a diferença. Isso significa ir além do que Jin Haritaworn (2008, 2015) criticou como uma “política de identidade de questão única”, que, com muita frequência, rege as agendas políticas LGBTQIAPN+, inclusive aquelas que mobilizam o rótulo *queer*. Acho que o conceito de interseccionalidade que foi elaborado na política feminista negra dos EUA e de outros lugares (Crenshaw, 1989; Hill Collins, 2022) oferece um bom ponto de partida para o desenvolvimento de uma agenda política de coalizão de várias questões, que permita abordar o que o Coletivo Combahee River (2018) chamou de “simultaneidade de opressões interligadas”. Shirley Ann Tate (2023) apontou as ressonâncias mútuas do pensamento crítico sobre as múltiplas fontes de opressão na política feminista, em todo o espectro antirracista e decolonial mais amplo, trazendo, assim, as perspectivas indígenas, latinas e asiáticas para o centro da genealogia do pensamento interseccional. Tate (2023, p. 39) sugere que “a interseccionalidade se desenvolveu ao longo de séculos de ativismo e teorização em um espaço colonial pós-escravista branco do Hemisfério Ocidental, o que significa que a descolonização já estava implicada em seu surgimento”.

Considero que as perspectivas interseccionais são compatíveis com as ideias de Glissant sobre opacidade, criouliização e poética da relação. No centro de ambas as abordagens está a validade da diferença inassimilável, abordada por meio de uma teoria crítica do poder. É claro que também há diferenças. O pensamento interseccional feminista negro das décadas de 1980 e 1990 tendia a operar dentro de estruturas analíticas mais estruturalistas, com o anticapitalismo marxista, o anti-imperialismo, o feminismo radical e o antirracismo fornecendo conceitos-chave para o debate. Por outro lado, o trabalho de Glissant (2011a) foi influenciado pelo pensamento rizomático de Deleuze e Guattari (1995), ou seja, uma abordagem que desconfia do investimento do estruturalismo em categorias firmemente definidas – e, portanto, “fechadas” –, da sistematicidade e da tendência à generalização e à abstração. Por exemplo, Jasbir Puar (2005, 2012) ressaltou as diferenças entre uma perspectiva baseada no agenciamento – *assemblage* – deleuziano/guattariano da diferença e o pensamento da interseccionalidade. “A interseccionalidade privilegia a nomeação, a visualidade, a epistemologia, a representação e o significado, enquanto o agenciamento enfatiza o sentimento, a taticidade, a ontologia, o afeto e a informação”, argumenta ela (Puar, 2005, p. 128). Enquanto a interseccionalidade supostamente está ligada a uma “vontade epistemológica implacável de verdade” (Puar, 2005, p. 128), pressupondo, pois, a identidade e rejeitando a futuridade, para Puar,



a preocupação que o agenciamento dedica à ontologia o torna muito mais sensível às questões do devir e do desconhecido, ambos relacionados com nossa compreensão do futuro. Embora eu não queira minimizar esses diferentes compromissos teóricos, vejo mérito na abordagem pragmática de Avtar Brah (2022) em apreciar ambos os conceitos como ferramentas adequadas para compreender a complexidade das experiências das pessoas no mundo e de si mesmas. Portanto, sugiro que tanto a interseccionalidade quanto a relação fornecem métodos intelectuais e conceitos críticos para a compreensão das experiências da NMC, e orientação para uma ética política que nos permita estabelecer alianças multitemáticas.

Embora a interseccionalidade tenha informado alguns trabalhos críticos sobre as NMC, explícita ou implicitamente (Haritaworn; Lin; Klesse, 2006; Klesse, 2007; Rambukkana, 2015; Tallbear, 2021; Willey, 2016), grande parte dos textos sobre a NMC carece de um engajamento crítico com as relações de poder interseccionais. Isso é importante porque não só diminui a complexidade do pensamento político dentro dos estudos e do ativismo das NMC, como também reduz a capacidade das comunidades ativistas das NMC de abordarem as questões de poder dentro dos movimentos políticos e dentro dos laços afetivos das relações comunitárias, íntimas e sexuais.

4.3 Posicionalidades da NMC e a “política de localização”

Reconhecer isso, assumir esse desafio, significa perceber que nossa posição, nossa localização nas paisagens mais amplas do poder, é profundamente importante. A posicionalidade é uma estrutura ético-política desenvolvida por feministas negras e decoloniais (Grewal; Kaplan, 1994; Mohanty, 2006). Há uma estreita interconexão entre a ideia de localização/posicionamento e a teoria política interseccional. Floya Anthias (2005, p. 44) define o termo da seguinte forma: “[...] posicionalidade é um termo que faz referência à interação entre a posição dentro de cada uma das divisões (como etnia/nação, classe e gênero) e sua representação, e posicionamento, a colocação intersubjetivamente constituída de forma vivida que o indivíduo faz em contextos específicos”.

Defendo que uma política *queer* radical e transformadora da NMC precisa se basear em uma “política de localização” (Brah, 2022; Kaplan, 1994). Ela precisa ser sensível às diferenças entre aqueles que praticam a NMC ou aqueles que, habitualmente, são atacados como sendo excessivamente sexualizados ou promíscuos, de maneiras irresponsáveis ou não dignas. Por exemplo, as pessoas negras, as pessoas de cor e dos povos originários foram colocadas fora da categoria de monogamia respeitável – branca – em contextos coloniais. As mulheres desses grupos, em especial aquelas que se comportam como sujeitos eróticos autônomos, foram submetidas ao estigma da prostituta, à vergonha sexual e à violência sexual (Hill Collins, 2022; Tallbear, 2021).



Os homens *queer* e as trabalhadoras do sexo de diferentes gêneros também sofrem com essas categorias de estigma.

Os discursos antipromiscuidade, uma das principais armas ideológicas usadas pelas pessoas que se esforçam para consagrar a monogamia compulsória e uma ordem de gênero heteropatriarcal, têm sido usados de forma diferenciada para atingir diferentes populações de diferentes maneiras (Klesse, 2007). Os modos de vida e a identificação pública com a NMC têm, portanto, preços diferentes para pessoas diferentes, dependendo de nossa localização social no contexto de variados eixos de opressão.

No entanto, a localização social também é importante no que diz respeito ao acesso a moradias seguras e adequadas, a serviços e a tecnologias de saúde reprodutiva, à educação e ao trabalho, os quais desempenham um papel fundamental na facilitação ou no enfraquecimento da capacidade de construir as vidas das NMCs que desenvolvem os parentescos das NMCs. Mais uma vez, raça, classe, capacidade e muitos outros fatores não só têm impacto na representação – enquadramento ideológico –, mas também se traduzem materialmente em desigualdade e estratificação. Nossas preocupações, necessidades e estratégias políticas dependem de nossa localização social. Não existe uma comunidade NMC universal e homogênea. Portanto, nossas estratégias políticas precisam ser elaboradas em projetos de alianças (Carastathis, 2013).

5 Temas principais da estrutura para uma política *queer* da NMC

Nesta seção, refletirei sobre o que considero serem temas importantes para o desenvolvimento de uma agenda política *queer* que contribua para a mudança social em torno da NMC. Meu foco é a política de parentesco *queer*, o prazer e a defesa, e a expansão do comum. À luz das discussões feitas até agora, deve ser óbvio que não considero esses temas nem exaustivos nem universalmente aplicáveis a todos os contextos.

5.1 Política *queer* de parentesco

Grande parte das vivências das NMCs tem sido sobre a construção de relacionamentos íntimos fora dos limites da monogamia e das lógicas rígidas do parentesco reprodutivo biologicamente definido (Klesse, 2019; Pallotta-Chiarolli, 2010; Pallotta-Chiarolli; Sheff; Mountford, 2020; Sheff, 2014). Nesse sentido, podemos pensar nos relacionamentos e nas famílias em NMC a partir do paradigma do parentesco *queer* (Bradway; Freeman, 2022; Klesse; Schippers, 2024; Mizieleńska, 2022).

O discurso das “famílias de escolha” (Jones-Wild, 2012; Weeks; Heaphy; Donovan, 2001;



Weston, 1991, 1995), originalmente concebido para falar sobre famílias LGBTQIAPN+, também tem sido usado para falar sobre redes relacionais íntimas e duradouras em torno de práticas variáveis das NMCs (Klesse, 2019; Klesse; Rothschild; Walker, 2022; Weston; Freeman; Bradway, 2022). As famílias em NMC frequentemente contornam ou desfazem as práticas de parentesco com foco na biologia, seja por não planejarem reproduzir-se e ser pais ou mães ou, alternativamente, por meio do envolvimento bastante comum de parentalidades não biológicas e cuidados não parentais no zelo com as crianças (Bennion, 2020; Pain, 2020; Pallotta-Chiarolli *et al.*, 2013; Klesse, 2019; Klesse; Rothschild; Walker, 2022).

Apesar disso, es pesquisadores *queer* frequentemente olham para os termos “família” e “parentesco” com distância e desconfiança. A própria noção de família foi sobredeterminada por suposições heteronormativas, regras emocionais centradas no casal e conotações biológicas (Morgan, 2011; Roseneil, 2007). Por isso, muitas das pessoas dispostas a se basearem no pensamento *queer* evitam o termo. Eu mesmo propus o conceito de “laços *queer*” de parentesco na NMC por motivos semelhantes (Klesse, 2019; Rodríguez, 2011; Weiner; Young, 2011). Além disso, ao invés de reivindicar as famílias ou se inscrever pessoalmente ou inscrever os próprios relacionamentos em um discurso familiar, as vozes abolicionistas da família se tornaram mais poderosas nos movimentos *queer* e trans*feministas da esquerda (Lewis, 2021, 2022; O’Brien, 2023). A ideia básica por detrás da abolição da família é de que a família está irremediavelmente mergulhada em ideologias exclusivistas, noções competitivas e privatizadas de cuidado e responsabilidade. À primeira vista, pode parecer chocante que movimentos preocupados com a libertação, o bem-estar e o acesso igualitário a recursos para todes queiram abolir a ideia de família, uma instituição que é tão fortemente carregada de esperança de pertencimento, apoio e segurança, muitas vezes, é claro, contra todas as evidências da própria experiência, como expressão de um “otimismo cruel”, por assim dizer (Berlant, 2011; Lewis, 2022). No entanto, é importante lembrar que a teoria política do abolicionismo – como foi desenvolvida, por exemplo, com relação à polícia e às prisões – sempre propôs uma teoria complexa e matizada para a mudança, na qual determinados papéis, funções e valores devem ser remodelados, transpostos e coletivizados (Davis *et al.*, 2022). O abolicionismo no contexto familiar também não se trata simplesmente de acabar com a família ou destruí-la. Trata-se de criar laços comunitários que permitam o surgimento de diferentes modalidades de intimidade e cuidado fora e além das estruturas de privilégio.

Assim, podemos ver que a teoria *queer* tem demonstrado uma profunda ambivalência para com a ideia de parentesco. Por um lado, ela tem buscado transformar o parentesco em um “campo radical e aberto de experimentação relacional” (Bradway; Freeman, 2022, p. 2). Ao



mesmo tempo, também tem havido uma tendência acentuada de evitar sua terminologia, por causa de sua associação com modos estruturalistas da teoria antropológica, sua implicação na política colonial e antinegra das sociedades de ocupação brancas, propondo termos alternativos, “como *relacionalidade, pertencimento, intimidade e confraternização*” (Bradway; Freeman, 2022, p. 2).

A cautela em relação à terminologia de parentesco em certas correntes da teoria *queer* foi ainda mais alimentada pela “virada antissocial” na teorização *queer* nos EUA, com autores como, por exemplo, Leo Bersani (1987, 1995) e Lee Edelman (2004) promovendo uma interpretação da queeridade – *queerness* – como uma negação radical da identidade, do pertencimento, como um desfazer do próprio social. Em particular, o trabalho de Edelman (2004) identifica e contesta o “futurismo reprodutivo”, que é a base de uma cultura heteronormativa e *antiqueer*. A alteridade *queer* consistiria, portanto, na recusa de um imperativo reprodutivo e, por extensão, de uma política social voltada para o futuro.

Embora Edelman (2004) certamente esteja certo quando destaca as ideias normativas sobre reprodução, criação de filhos e ideologias de parentesco intergeracional como elementos-chave em muitas formações culturais heteronormativas, outros apontaram que a teoria antissocial *queer* tende a se abstrair dos contextos cultural e geopolítico e é implicitamente centrada nos EUA. Por exemplo, ao comentar sobre a política LGBTQIAPN+ e as práticas familiares na Polônia, Joanna Mizielińska e Robert Kulpa (2011; Mizielińska, 2022) sugeriram que as estratégias políticas de Edelman não ressoam e, na verdade, não são adequadas ao contexto específico da resistência e sobrevivência *queer* na Polônia. Apesar dessas contradições, parece válido sugerir que uma teoria crítica das famílias e do parentesco tem sido o cerne do empreendimento *queer* crítico. No entanto, esses conceitos continuam sendo contestados, repletos de ambivalência e usados com hesitação.

Muites pesquisadoras da NMC, como, por exemplo, Leehee Rothschild, em sua pesquisa sobre parentesco *queer* e NMC em Israel, são inflexíveis ao afirmarem que as pessoas que praticam a NMC estão proativamente engajadas na queerificação do parentesco de formas variadas (Klesse; Rothschild; Walker, 2022; Rothschild, 2018). Pessoalmente, entendo a ambivalência que muitas sentem com relação à terminologia da família e do parentesco. Ao mesmo tempo, concordo com Bradway e Freeman (2022) que a teoria *queer* precisa continuar a teorizar o parentesco em todas as suas manifestações fluidas e historicamente mutáveis, em especial por causa da utilização do parentesco na governança racista e colonial, na desapropriação e no genocídio de populações indígenas, e na seleção racista de grupos que foram marginalizados nos processos de construção de nações, como é claramente ilustrado nas histórias do colonialismo de ocupação e da supremacia branca nas Américas (Cohen, 2001; Ertman, 2010; Klesse, 2018a; Lenon, 2016; Mogrovejo, 2019;



Rambukkana, 2015; Rifkin, 2022; Spillers, 1987; Tallbear, 2021). Portanto, a política *queer* da NMC precisa construir uma prática e um conhecimento críticos do parentesco se quiser desafiar as políticas nacionalistas heteronormativas, cisnormativas e racistas. O parentesco *queer* das NMCs pode ser tanto o motor de uma mudança radical quanto o recuo para visões privatizadas de uma vida feliz. Por essas razões, a política *queer* das NMC precisa investir em uma noção expansiva da responsabilidade dos cuidados, assunto ao qual voltarei mais adiante. Antes disso, gostaria de refletir mais sobre o tema da “vida feliz”.

5.2 Políticas *queer* de prazer

Não devemos desvalorizar muito rapidamente o desejo de felicidade. Não acho que haja nada de errado em querer levar uma vida feliz ou no desejo de sentir alegria, felicidade e prazer. De fato, a vontade de acabar com as coisas que nos tornam infelizes e miseráveis é, muitas vezes, um poderoso motor de mudança social (Ehrenreich, 2007; Holloway, 2010; Marcuse, 1972; Segal, 2017).

Nos EUA e no Reino Unido, as correntes de teoria e ativismo *queer* na década de 1990 adotaram fortemente o prazer como um aspecto fundamental da criação de vínculos e comunidade *queer*. Isso incluiu um forte compromisso com a dissidência sexual e a positividade sexual (Bell; Binnie, 2000; Califia-Rice, 2000; Smith, 1993; Warner, 2000), com o objetivo de recapturar o momento de experimentação sexual coletiva lúdica que marcou o início da política de libertação *gay* (Altman, 1993; Berlant; Warner, 1998; Bronski, 2000; Gay Liberation Front, 1971). “As *queers* sempre souberam que o prazer é um recurso”, argumenta Benjamin Shepard (2009, p. 21), em seu estudo sobre recreação, prazer e performance na cultura de protesto. Como ilustra o texto de Herbert Marcuse (1972, 2024), a política liberacionista nos anos pós-1968, em geral, enfatizou muito o desejo, a recreação e o prazer, valorizando o subjetivo e prestando atenção às necessidades e aos sentimentos pessoais, dimensões da experiência humana que, geralmente, eram banidas da esfera da política organizada, das instituições civis e da economia. As correntes da recente teorização *queer* colocaram em primeiro plano a parte lúdica no cerne do sexo (Bem; Paasonen, 2023; Paasonen, 2018).

O livro de adrienne maree brown (2019) sobre o ativismo do prazer também revitaliza essa tradição política. brown exorta as leitorias a “reconhecer[em] que o prazer é uma medida de liberdade” (2019, p. 1), e que é hora de começar a “entender a liberação possível quando nos orientamos coletivamente em torno do prazer e do desejo” (2019, p. 1). Para brown, o ativismo do prazer considera que este é um elemento fundamental no ativismo em nome da justiça social.



Ela destaca a importância primordial do prazer na vida das pessoas negras e pardas e localiza sua abordagem nas tradições dos movimentos em prol da alegria, do amor e da libertação da população negra, estabelecendo vínculos mais firmes com o ativismo *queer*, trans* e não binário. Para brown, o prazer não está fora do poder, muito pelo contrário, “[...] o ativismo do prazer afirma que todos nós precisamos e merecemos o prazer e que nossas estruturas sociais devem refletir isso. Neste momento, devemos priorizar o prazer das pessoas mais afetadas pela opressão”, afirma ela (2019, p. 13). Como resultado disso, o sexo, o erótico, a comida, a culinária e a alimentação, o humor, as drogas, a música e as artes, a leitura etc. vêm à tona como atividades fundamentais dentro do ativismo (Binnie; Klesse, 2024). Alguns capítulos de seu livro também tratam da não monogamia e da anarquia dos relacionamentos. Uma política *queer* radical da NMC pode se inspirar nesse longo legado de ativismo do prazer presente na justiça social, no feminismo negro e na política *queer*. Uma política *queer* do prazer não enquadra o prazer como o oposto de uma política dos cuidados. No caso ideal, essas ênfases se manifestam uma ao lado da outra de forma orgânica.

5.3 Políticas *queer* de cuidado

As intimidades das NMCs, como qualquer intimidade, devem abordar questões de vulnerabilidade e interdependência. Isso é ainda mais urgente diante dos ataques contínuos à assistência médica, à segurança social, ao bem-estar, aos salários dignos e aos direitos de greve e de protesto por parte de governos autoritários e de direita em todo o mundo (Rosa, 2023).

Pesquisas demonstraram que os cortes e as medidas de austeridade, as reduções e as interrupções nos serviços relacionados aos períodos de crise social afetam determinados grupos de pessoas – mulheres, pessoas trans* e *queer*, pessoas racializadas – de forma ainda mais severa (Bassel; Emejulu, 2018; Taylor, 2023). A redução das funções públicas de apoio do Estado e a exclusão *a priori* do acesso aos serviços públicos, com base no racismo sistêmico ou na falta de cidadania formal, sobrecarregam desproporcionalmente as famílias ou as redes pessoais de quem mais necessita deles. Os imperativos e os modos de subjetivação neoliberais instalam ainda mais a responsabilidade pelo cuidado dentro dessas redes pessoais próximas. Mais uma vez, a localização social tem impacto sobre quem provavelmente assumirá as funções e as tarefas de cuidado, trazendo à tona a importância das divisões de classe, gênero e raça nas comunidades em NMCs (Klesse, 2014). A feminização e a racialização dos trabalhos de cuidados nas sociedades capitalistas reforçam as divisões de trabalho também nos contextos relacionais das NMCs (Dalla Costa, 2008; Federici, 2019a, 2019b; Gutiérrez Rodríguez, 2010). Nat Raha (2021, p. 106) destaca a desvalorização do trabalho de trabalhadoras feminizadas, racializadas, *queer*, trans*, com deficiência e/ou migrantes



nesses contextos, resultando em precariedade e na transferência de trabalho mal pago ou não pago para aquelas pessoas que já estão sobrecarregadas e/ou desempregadas.

Para lidar com essas injustiças, uma política *queer* NMC verdadeiramente transformadora precisa considerar o cuidado também como uma questão de trabalho e ampliar a reprodução social *queer* como um processo complexo dentro de um contexto econômico e político mais amplo. Para desvincular as obrigações ou expectativas de cuidados de determinados sujeitos e corpos e evitar o fechamento da responsabilidade em torno de um círculo central familiar, as práticas de cuidado precisam ser socializadas. O The Care Collective (Chatzidakis *et al.*, 2020), sediado no Reino Unido, defende esse ponto, sugerindo que os cuidados precisam se estender para além dos pequenos círculos, alcançando e assumindo um caráter verdadeiramente transversal. Seu discurso sobre o “cuidado promíscuo” ilustra isso de forma adequada e clara, especialmente para os contextos das NMCs. “Para nós, o cuidado promíscuo é uma ética expansiva que serve para redefinir as relações de cuidado, desde as mais íntimas até as mais distantes” (2020, p. 43). Essas reivindicações se baseiam em um longo e extenso debate sobre cuidados e ativismo em diferentes contextos feministas (Precarias a la Deriva, 2004; Tronto, 1993; Winker, 2015). A NMC é um modo expansivo de produção de intimidade e parentesco. Como tal, oferece um bom terreno para o desenvolvimento de práticas expansivas de cuidado, no sentido do “cuidado promíscuo” imaginado pelo The Care Collective. Ao adotar conscientemente uma política dos comuns, podemos aumentar esse potencial, como mostrarei na subseção a seguir.

5.4 Política *queer* dos comuns

Na visão do The Care Collective (Chatzidakis *et al.*, 2020), o “cuidado promíscuo” propõe uma ética dos cuidados *queer* além dos limites do parentesco. Devido a essa qualidade, o conceito ressoa fortemente com os valores éticos e políticos que sustentaram as ideias sobre os comuns. O cuidado com o comum voltou a ser enfatizado em movimentos sociais radicais contra a extração capitalista, a crise ecológica, a exploração do trabalho e a guerra global contra as pessoas pobres, como, por exemplo, no ecofeminismo, no feminismo marxista materialista/autonomista e nos movimentos de alterglobalização (Federici; Linebaugh, 2019; Hardt; Negri, 2009; Mies; Shiva, 2014).

As definições do que constitui o comum variam. Na definição tradicional, referia-se a recursos naturais além e fora do alcance da propriedade privada – como, por exemplo, ar, água, terra e natureza –, que foram usados, cultivados e cuidados de maneira comunitária ou coletiva (Standing, 2019). Nos debates políticos desde o final da década de 1990, o termo tem sido



aplicado de forma mais ampla às principais práticas de produção e reprodução social, incluindo conhecimento, informação, interação simbólica etc. (Hardt; Negri, 2009). De acordo com Federici e Linebaugh (2019, p. 166), a política dos bens comuns “visa reproduzir nossas vidas de forma a fortalecer os laços mútuos e estabelecer limites para a acumulação de capital”. Os comuns são baseados na cooperação entre grupos e indivíduos interessados e não dependem do Estado. Em contraponto, foram o fracasso e as crises dos Estados em fornecer serviços públicos básicos que tornaram os debates sobre o comum cada vez mais importantes. Na visão de Federici, os comuns são contingentes às práticas da vida cotidiana, visando à criação de comunidades e ao cultivo de práticas de cuidados, com base na interdependência. Dessa forma, eles fornecem o terreno para a autonomia e a liberdade além da acumulação de capital e do controle estatal, funcionando como sementes para a formação da comunidade.

Sugiro que, na medida em que as comunidades e os movimentos das NMC adotam a política dos comuns, eles agem verdadeiramente de forma política contra o “sistema de monogamia”, como foi descrito de forma tão perspicaz por Brigitte Vasallo (2019, 2022).

6 Conclusão

“Desafiar a monogamia é um ato político”, argumenta Sophie K. Rosa (2023), no título de um recente artigo *on-line* para a Novara Media – e de forma mais elaborada em seu livro *Radical Intimacy* (2023). Não se trata de nenhuma constelação específica de relacionamentos, mas sim de uma ação coletiva consciente contra o sistema de monogamia – ou “antimonogamia”, como B. Rosa (1994) chamou, em seu famoso artigo sobre a não monogamia na política lésbica-feminista (Rothschild, 2018; Willey, 2016) – que torna a NMC *queer* e transformadora. De várias maneiras, esse sistema de monogamia (Vasallo, 2018) está emaranhado nas histórias do colonialismo, da supremacia branca, do racismo, do capitalismo, do capacitismo, da heteronormatividade, do patriarcado e do binarismo hierárquico de gênero.

A politização da NMC por meio de uma análise interseccional libera o potencial de lutas ao longo dessas linhas de frente de opressões que interagem simultaneamente. Ela também permite uma prática reflexiva de formação de coalizões. Ao mesmo tempo, é importante ter em mente que os significados de monogamia e não monogamia estão mudando, assim como “*queer*” é um significante constantemente flutuante, que precisa ser trabalhado continuamente, as populações das NMCs também são inerentemente diversas. Só poderemos fazer justiça ao fenômeno das NMC se reconhecermos e apreciarmos verdadeiramente sua inerente diferença. O trabalho de Glissant (2011a) sobre a poética da relação pode nos inspirar a conceber a NMC por meio da atenção a



essa multiplicidade e a levar a cabo, em nosso ativismo e vida cotidiana, o “direito à opacidade” das pessoas que pretendemos compreender, com as quais desejamos compartilhar nossas vidas... e – possivelmente – ao lado das quais queremos lutar e resistir.

Referências

- ALTMAN, Dennis. *Homosexual: oppression and liberation*. New York: New York University Press, 1993.
- ANTHIAS, Floya. Social Stratification and Social Inequality: Models of Intersectionality and Identity. In: DEVINE, Fiona *et al.* (ed.). *Rethinking class*. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 24-45.
- BASSEL, Leah; EMEJULU, Akwugo. *Minority women and austerity: survival and resistance in France and Britain*. London: Policy Press, 2018.
- BELL, David; BINNIE, Jon. *The sexual citizen: queer politics and beyond*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BEM, Caroline; PAASONEN, Susanna. Play! A special issue. *Sexualities*, United Kingdom, v. 26, n. 8, p. 809-818, 2023.
- BENNION, J. Polyamory in Paris: A social network theory application. *Sexualities*, v. 25, n. 3, p. 173-197, 2022.
- BERLANT, Lauren. *Cruel optimism*. Durham: Duke University Press, 2011. (A John Hope Franklin Center book).
- BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in public. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 24, n. 2, p. 547-566, 1998.
- BERSANI, Leo. *Homos*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- BERSANI, Leo. Is the rectum a grave? *October*, Massachusetts, v. 43, p. 197-222, 1987.
- BINNIE, Jon; KLESSE, Christian. *A huge bowl of queerness? food practices and political solidarity in spaces of LGBTQ activism*. [S. l.: s. n.], 2024. Não publicado.
- BRADWAY, Tyler; FREEMAN, Elizabeth. Introduction: kincoherence/ kin-aesthetics/kinematics. In: BRADWAY, Tyler; FREEMAN, Elizabeth (ed.). *Queer kinship: race, sex, belonging, form*. Durham: Duke University Press, 2022. (Theory Q). p. 1-22.
- BRAH, Avtar. *Decolonial imaginings: intersectional conversations and contestations*. London: Goldsmith press, 2022.
- BRONSKI, Michael. *The pleasure principle: sex, backlash, and the struggle for gay freedom*. New York: St. Martin's Press, 2000.
- BROWN, adrienne maree. *Pleasure activism: the politics of feeling good*. Edinburgh: AK Press, 2019. (Emergent Strategy, 1).



BÜHRMANN, Andrea D. *Das authentische Geschlecht: die Sexualitätsdebatte der neuen Frauenbewegung und die Foucaultsche Machtanalyse*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 1995.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do 'sexo'*. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Sujeito e História).

CALIFIA-RICE, Pat. *Public sex: the culture of radical sex*. 2nd ed. San Francisco: Cleis Press, 2000.

CARASTATHIS, Anna. Identity categories as potential coalitions. *Signs: journal of women in culture and society*, Boston, v. 38, n. 4, p. 941-965, 2013.

CARDOSO, Daniel; KLESSE, Christian. Living outside the box: consensual non-monogamies, intimacies and communities: notes on research and terminology. In: BURNES, Theodore R.; VAUGHAN, Michelle D. (ed.). *The handbook of consensual non-monogamy affirming mental health practice*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2022. p. 15-49.

CHATZIDAKIS, Andreas *et al.* *The care manifesto: the politics of interdependence*. London: Verso, 2020.

COHEN, Cathy J. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics. In: BLASIUS, Mark (ed.). *Sexual identities, queer politics*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 200-227.

COLETIVO DO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução: Claudete Pagotto e Célia Motta. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 138-148, jan./jun. 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DALLA COSTA, Giovanna Franca. *The work of love: unpaid housework, poverty and sexual violence at the dawn of the 21st century*. Tradução: Enda Brophy. New York: Autonomedia, 2008.

DAVIS, Angela Y.; DENT, Gina; MEINERS, Erica R.; RICHIE, Beth E. *Abolition, feminism, now*. London: Hamish Hamilton, 2022. (Abolitionist Papers Book, 2).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995. (Trans).

DOMÍNGUEZ-RUVALCABA, Héctor. *Translating the queer: body politics and transnational conversations*. London: Zed Books, 2016.



EDELMAN, Lee. *No future: queer theory and the death drive*. Durham: Duke University Press, 2004.

EHRENREICH, Barbara. *Dancing in the streets: a history of collective joy*. London: Granta, 2007.

EL-TAYEB, Fatima. *European others: queering ethnicity in postnational Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

ENG, David L.; PUAR, Jasbir K. Introduction: let of queer. *Social Text*, Durham, ano 145, v. 38, n. 4, p. 1-24, Dec. 2020.

ENG, David L. *The feeling of kinship: queer liberalism and the racialization of intimacy*. Durham: Duke Univ. Press, 2010.

EREL, Umut; HARITAWORN, Jin; GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, Encarnación; KLESSE, Christian. On the depoliticisation of intersectionality talk: conceptualising multiple oppressions in critical sexuality studies. In: TAYLOR, Yvette; HINES, Sally; CASEY, Mark E. (ed.). *Theorizing intersectionality and sexuality*. London: Palgrave Macmillan, 2010. (Genders and Sexualities in the Social Sciences). p. 56-77.

FEDERICI, Silvia; LINEBAUGH, Peter. *Re-enchanting the world: feminism and the politics of the commons*. Oakland: PM, 2019. (Kairos).

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*, volume 1. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.

FERGUSON, Roderick A. *Aberrations in black: toward a queer of color critique*. Minnesota: University of Minnesota, 2004. (Critical American studies series).

FOSTER, David William. Translating the queer: body politics and transnational conversations, by Héctor Domínguez Ruvalcaba. *Anthropological Forum*, London, v. 28, n. 3, p. 299-300, Apr. 2018.

GAY LIBERATION FRONT (ed.). *Gay Liberation Front manifesto*. London: GLF, 1971.

GLEESON, Jules Joanne; O'ROURKE, Elle (ed.). *Transgender Marxism*. London: Pluto Press, 2021.

GLISSANT, Édouard. Creolisation and the Americas. *Caribbean Quarterly*, Puerto Rico, v. 57, n. 1, p. 11-20, Mar. 2011a.

GLISSANT, Édouard. In praise of the different and of difference. Translation: Celia Britton. *Callaloo*, Washington, DC, v. 36, n. 4, p. 856-862, 2013.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Lisboa: Sextante, 2011b.



GLISSANT, Édouard. *Poetic intention*. Translation: Nathanaël. Callicoon: Nightboat Books, 2018.

GLISSANT, Édouard. *The poetics of the world: global thinking and unforeseeable events*. Translation: Kate Cooper Leupin. Louisiana: Louisiana State University, 2017. (The Glissant Translation Project). Disponível em: <https://sites01.lsu.edu/wp/theglissanttranslationproject/glissant-in-english/the-poetics-of-the-world-global-thinking-and-unforeseeable-events/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren (ed.). *Scattered hegemonies: postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

GROSSBERG, Lawrence. On postmodernism and articulation: an interview with Stuart Hall. *Journal of Communication Inquiry*, Madison, v. 10, n. 2, p. 45-60, June 1986.

GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, Encarnación. *Migration, domestic work and affect: a decolonial approach on value and the feminization of labor*. New York: Routledge, 2010. (Routledge research in gender and society, 26).

GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, Encarnación; TATE, Shirley Anne (ed.). *Creolizing Europe: legacies and transformations*. Liverpool: Liverpool University Press, 2015. (Migrations and identities).

HALBERSTAM, Jack; MUÑOZ, José Esteban; ENG, David L. What's queer about queer studies now? *Social Text*, Durham, v. 23, n. 3-4, p. 8-16, 2005.

HALL, Stuart. Créolité and the process of creolization. In: ENWEZOR, Okwui *et al.* (ed.). *Créolité and creolization: documenta 11, platform 3*. Ostfildern: Hatje Cantz, 2003a. p. 27-41.

HALL, Stuart. Creolization, diaspora, hybridity in the context of globalization. In: ENWEZOR, Okwui *et al.* (ed.). *Créolité and creolization: documenta 11, platform 3*. Ostfildern: Hatje Cantz, 2003b. p. 185-198.

HALL, Stuart. Signification, representation, ideology: althusser and the post-structuralist debates. *Critical Studies in Mass Communication*, London, v. 2, n. 2, p. 91-114, 1985.

HALL, Stuart. The problem of ideology-Marxism without guarantees. *Journal of Communication Inquiry*, Madison, v. 10, n. 2, p. 28-44, 1986.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARITAWORN, Jin. *Queer lovers and hateful others: regenerating violent times and places*. London: Pluto Press, 2015. (Decolonial studies, postcolonial horizons).

HARITAWORN, Jin. Shifting positionalities: empirical reflections on a queer/trans of colour methodology. *Sociological Research Online*, United Kingdom, v. 13, n. 1, p. 162-173, 2008.



HAY, James; HALL, Stuart; GROSSBERG, Lawrence. Interview with Stuart Hall. *Communication and Critical/Cultural Studies*, London, v. 10, n. 1, p. 10-33, Mar. 2013.

HILL COLLINS, Patricia. *Política sexual negra: afro-americanos, gênero e o novo racismo*. Tradução: Ana Carolina Correia Santos das Chagas. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

HOLLAND, Sharon Patricia. *The erotic life of racism*. Durham: Duke Univ. Press, 2012.

HOLLOWAY, John. *Crack capitalism*. London: Pluto, 2010.

JONES-WILD, Rachel. Reimagining families of choice. In: HINES, Sally; TAYLOR, Yvette (ed.). *Sexualities: past reflections, future directions*. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 149-167. Disponível em: <https://pureportal.strath.ac.uk/en/publications/sexualities-past-reflections-future-directions>. Acesso em: 20 out. 2021.

KAPLAN, Caren. The politics of location as transnational feminist practice. In: GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren (ed.). *Scattered hegemonies: postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 137-152.

KLESSE, Christian. Bisexuality, slippery slopes and multi-partner marriage. *Journal of Bisexuality*, London, v. 18, n. 1, p. 35-53, 2018a.

KLESSE, Christian; CARDOSO, Daniel; PALLOTTA-CHIAROLLI, Maria; RAAB, Michael; SCHADLER, Cornelia; SCHIPPERS, Mimi. Introduction: parenting, polyamory and consensual nonmonogamy: critical and queer perspectives. *Sexualities*, United Kingdom, v. 27, n. 4, p. 761-772, 2024.

KLESSE, Christian. Polyamorous parenting: stigma, social regulation, and queer bonds of resistance. *Sociological Research Online*, United Kingdom, v. 24, n. 4, p. 625-643, Sept. 2019.

KLESSE, Christian. Poly Economics – Capitalism, Class, and Polyamory. *International Journal of Politics, Culture and Society*, United States, v. 27, n. 2, p. 203-220, 2014.

KLESSE, Christian. Queering Diaspora Space – Creolising Europe: narratives of British South Asian Gay and Bisexual Men on Sexuality, Intimacy and Marriage. In: GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, Encarnación; TATE, Shirley Anne (ed.). *Creolizing Europe: legacies and transformations*. Liverpool: Liverpool University Press, 2015. (Migrations and identities). p. 133-156.

KLESSE, Christian; ROTHSCCHILD, Leehee; WALKER, Jaisie. Queer(ing) consensual non-monogamies, queering therapy: queer intimacy, kinship, and experiences of CNM in LGBTQIA+ Lives. In: BURNES, Theodore R.; VAUGHAN, Michelle D. (ed.). *The handbook of consensual non-monogamy affirming mental health practice*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2022. p. 180-213.



KLESSE, Christian; SCHIPPERS, Mimi. *Polyqueer Kinship: a theoretical framework for mapping chosen family formation and resource flows*. [S. l.: s. n.], 2014. Não publicado.

KLESSE, Christian. *The spectre of promiscuity: gay male and bisexual non-monogamies and polyamories*. Aldershot: Ashgate, 2007.

KLESSE, Christian. Toward a genealogy of a discourse on women's erotic autonomy: feminist and queer-feminist critiques of monogamy. *Signs: journal of women in culture and society*, Chicago, v. 44, n. 1, p. 205-231, Sept. 2018b.

KREUTZER, Kimberley. Polyamory on the left: liberatory or predatory? *Off Our Backs*, Washington, DC, v. 34, n. 5/6, p. 40-41, May-June 2004.

KULPA, Robert; MIZIELIŃSKA, Joanna (ed.). *De-centring Western sexualities: central and eastern european perspectives*. Farnham: Ashgate, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Tradução: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015. (Contrassensos).

LENON, Suzanne. Intervening in the context of white settler colonialism: west coast leaf, gender equality and the polygamy reference. *Oñati Socio-Legal Series*, Oñati, v. 6, n. 6, p. 1324-1347, Dec. 2016.

LEWIS, Sophie. *Abolish the family: a manifesto for care and liberation*. London: Verso, 2022. (Salvage editions).

LEWIS, Sophie. *Full surrogacy now: feminism against family*. London: Verso Books, 2021.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014.

MARCUSE, Herbert. *Counterrevolution and revolt*. London: Allen Lane, 1972.

MARCUSE, Herbert. *Um ensaio sobre a libertação*. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2024. (Coleção A Grande Recusa, v. 1).

MCRUER, Robert. *Crip theory: cultural signs of queerness and disability*. New York: New York University Press, 2006. (Cultural front).

MCRUER, Robert. *Crip times: disability, globalization, and resistance*. New York: New York University Press, 2018. (Crip: new directions in disability studies, 1).

MESQUITA, Sushila; WIEDLACK, Maria Katharina; LASTHOFER, Katrin (org.). *Import-export-transport: queer theory, queer critique and activism in motion*. Wien: Zaglossus, 2012. (Challenge gender, v. 1).



MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. 2nd ed. London: Zed Books, 2014. (Critique Influence Change, 5).

MIZIELIŃSKA, Joanna. *Queer kinship on the edge?* Families of choice in Poland. New York London: Routledge, 2022. (Transforming LGBTQ Lives).

MOGROVEJO, Norma. Descolonizando y desterritorializando el amor. In: NON-MONOGAMIES AND CONTEMPORARY INTIMACIES CONFERENCE, 3., Barcelona. *Actas [...]*. Barcelona: Pompeu Fabra University, 2019.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham: Duke University Press, 2006.

MOON, Lyndsey (ed.). *Feeling queer or queer feelings?* radical approaches to counselling sex, sexualities and genders. London: Routledge, 2008.

MORGAN, David H. J. *Rethinking family practices*. London: Palgrave Macmillan, 2011. (Palgrave Macmillan Studies in Family and Intimate Life). Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/9780230304680>. Acesso em: 14 jun. 2023.

O'BRIEN, Michelle E. *Family abolition: capitalism and the communizing of care*. London: Pluto Press, 2023.

PAASONEN, Susanna. Many splended things: sexuality, playfulness and play. *Sexualities*, United Kingdom, v. 21, n. 4, p. 537-551, 2018.

PAIN, E. Queer Polyfamily Performativity: Family Practices and Adaptive Strategies Among LGBTQ+ Polyamorists. *Journal of GLBT Family Studies*, v. 16, n. 3, p. 277-292, 2020.

PALLOTTA-CHIAROLLI, Maria. *Border sexualities, border families in schools*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2010.

PALLOTTA-CHIAROLLI, Maria; SHEFF, Elisabeth; MOUNTFORD, Ruby. Polyamorous parenting in contemporary research: developments and future directions. In: GOLDBERG, Abbie E.; ALLEN, Katherine R. (ed.). *LGBTQ-Parent Families: innovations in research and implications for practice*. Thousand Oaks: Springer, 2020. p. 171-183.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. *Orden y peligro: por una deslocalización queer*. Barcelona: Bellaterra, 2023. (Serie General Universitaria).
PIERCE, Joseph M.; VITERI, María Amelia; FALCONÍ TRÁVEZ, Diego; VIDAL-ORTIZ, Salvador; MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. Introduction: Cuir/Queer Américas: Translation, Decoloniality, and the Incommensurable. *GLQ*, Durham, v. 27, n. 3, p. 321-327, 2021.

PIEPER, Marianne; BAUER, Robin. Polyamory und Mono-Normativität. Ergebnisse einer empirischen Studie über nicht-monogame Lebensformen. In: MÉRITT, Laura; BÜHRMANN, Traude; SCHEFZIG, Nadja Boris (ed.). *Mehr als eine Liebe: polyamouröse Beziehungen*. Berlin: Orlanda-Frauenverl, 2005. p. 59-69.



PRECARIAS A LA DERIVA. Adrift through the circuits of feminized precarious work. *Transversal texts*, Vienna, Apr. 2004. Disponível em: <https://transversal.at/transversal/0704/precarias-a-la-deriva/en>. Acesso em: 24 nov. 2023.

PUAR, Jasbir K. “I would rather be a cyborg than a goddess”: becoming-intersectional in assemblage theory. *PhiloSOPHIA*, Netherlands, v. 2, n. 1, p. 49-66, 2012.

PUAR, Jasbir K. Queer times, queer assemblages. *Social Text*, Durham, v. 23, n. 3-4, p. 121-139, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107-130.

RAAB, Michael. (Poly-)Parenthood between project logic and gender identity. *Sexualities*, United Kingdom, v. 27, n. 4, p. 791-806, 2022.

RAHA, Nat. A queer marxist transfeminism: queer and trans social reproduction. In: GLEESON, Jules Joanne; O’ROURKE, Elle (ed.). *Transgender Marxism*. London: Pluto Press, 2021. p. 85-115.

RAMBUKKANA, Nathan. *Fraught intimacies: non/monogamy in the public sphere*. Vancouver: UBC Press, 2015. (Sexuality Studies).

RIFKIN, Mark. Beyond family: kinship’s past, queer world making, and the question of governance. In: BRADWAY, Tyler; FREEMAN, Elizabeth (ed.). *Queer kinship: race, sex, belonging, form*. Durham: Duke University Press, 2022. (Theory Q). p. 138-158.

RODRÍGUEZ, Juana María. Queer sociality and other sexual fantasies. *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*, New York, v. 17, n. 2-3, p. 331-348, 2011.

ROODSAZ, Rahil. Queering potentials: negotiations of gender, parenthood, and family in polyamorous relationships in the Netherlands. *Sexualities*, United Kingdom, v. 27, n. 4, p. 773-790, 2021.

ROSA, Becky. Anti-monogamy: a radical challenge to compulsory heterosexuality? In: GRIFFIN, Gabriele; HESTER, Marianne; RAI, Shirin; ROSENEIL, Sasha (ed.). *Stirring It: challenges for feminism*. London: Routledge, 1994. p. 107-120

ROSA, Sophie K. *Radical intimacy*. London: Pluto Press, 2023.

ROSENEIL, Sasha. Queer individualization: the transformation of personal life in the early 21st century. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, London, v. 15, n. 2-3, p. 84-99, 2007.

ROTHSCHILD, Leehee. Compulsory monogamy and polyamorous existence. *Graduate Journal of Social Science*, Netherlands, v. 14, n. 1, p. 28-56, Jan. 2018.

RUBIN, Roger. Alternative lifestyles revisited, or whatever happened to



swingers, group marriages, and communes? *Journal of Family Issues*, London, v. 22, n. 6, p. 711-726, 2001.

SALEM, Sara. Intersectionality and its discontents: intersectionality as traveling theory. *European Journal of Women's Studies*, United Kingdom, v. 25, n. 4, p. 403-418, 2018.

SCHADLER, Cornelia. Ever more parents in polyamorous families: a new materialist typology of parenting practices and division of work. *Sexualities*, United Kingdom, v. 27, n. 4, p. 807-823, 2021.

SCHIPPERS, Mimi. *Beyond monogamy: polyamory and the future of polyqueer sexualities*. New York: New York University Press, 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the closet*. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

SEGAL, Lynne. *Radical happiness: moments of collective joy*. London: Verso, 2017.

SEIDMAN, Steven (ed.). *Queer theory/sociology*. Malden: Blackwell, 1997. (Twentieth century social theory).

SHEFF, Elisabeth. *The polyamorists next door: inside multiple-partner relationships and families*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2014.

SHEPARD, Benjamin. *Queer political performance and protest*. London: Routledge, 2009. (Routledge Advances in Sociology Book, 41).

SMITH, Anna Marie. *Laclau and Mouffe: the radical democratic imaginary*. London: Routledge, 1998.

SMITH, Anna Marie. Outlaws as legislators: feminist anti-censorship politics and queer activism. In: HARWOOD, Victoria et al. (ed.). *Pleasure principles: politics, sexuality and ethics*. London: Lawrence & Wishart, 1993. p. 20-40.

SPILLERS, Hortense J. Mama's baby, papa's maybe: an American grammar book. *Diacritics*, London, v. 17, n. 2, p. 64-81, 1987.

STACEY, Judith; MEADOW, Tey. New slants on the slippery slope: the politics of polygamy and gay family rights in South Africa and the United States. *Politics & Society*, United States, v. 37, n. 2, p. 167-202, Apr. 2009.

STANDING, Guy. *Plunder of the commons: a manifesto for sharing public wealth*. London: Pelican, 2019.

TALLBEAR, Kim. Kim Tallbear: the polyamorist that wants to destroy sex - interview by Montserrat Madariaga-Caro. Entrevistadora: Montserrat Madariaga-Caro. *The Critical Polyamorist*, [s. l.], 2 jan. 2021. Disponível em: <http://www.criticalpolyamorist.com/homeblog/archives/02-2021>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TATE, Shirley Anne. *From post-intersectionality to black decolonial feminism: black skin affections*. London: Routledge, 2023. (Gender insights).



TAYLOR, Yvette. *Working-class queers: time, place and politics*. London: Pluto Press, 2023.

TRONTO, Joan C. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

VASALLO, Brigitte. Monogamous mind, polyamorous terror. *Sociological Research Online*, United Kingdom, v. 24, n. 4, p. 680-690, 2019.

VASALLO, Brigitte. *O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos*. Tradução: Mari Bastos. São Paulo: Elefante, 2022.

WARNER, Michael. Introduction. In: WARNER, Michael (ed.). *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993. (Cultural Politics, v. 6). p. vii-xxx.

WARNER, Michael. *The trouble with normal: sex, politics, and the ethics of queer life*. New York: Free Press, 2000.

WEEKS, Jeffrey; HEAPHY, Brian; DONOVAN, Catherine. *Same sex intimacies: families of choice and other life experiments*. London: Routledge, 2001.

WEINER, Joshua J.; YOUNG, Damon. Introduction: queer bonds. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, v. 17, n. 2-3, p. 223-241, June 2011.

WEKKER, Gloria. *White innocence: paradoxes of colonialism and race*. Durham: Duke University Press, 2016.

WESTON, Kath. *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press, 1991. (Between men--between women).

WESTON, Kath; FREEMAN, Elizabeth; BRADWAY, Tyler. Epilogue: how did it come to this? talking kinship with kath weston. In: BRADWAY, Tyler; FREEMAN, Elizabeth (ed.). *Queer kinship: race, sex, belonging, form*. Durham: Duke University Press, 2022. (Theory Q). p. 291-302.

WESTON, Kath. *Longslowburn: sexuality and social science*. London: Routledge, 1995.

WILKINSON, Eleanor. What's queer about nonmonogamy now? In: BARKER, Meg; LANGDRIDGE, Darren (ed.). *Understanding non-monogamies*. Abingdon: Routledge, 2010. p. 243-254.

WILLEY, Angela. *Undoing monogamy: the politics of science and the possibilities of biology*. Durham: Duke University Press, 2016.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977. (Marxist introductions).

WINKER, Gabriele. *Care revolution: schritte in eine solidarische Gesellschaft*. Bielefeld: transcript, 2015. (X-Texte zu Kultur und Gesellschaft).

